



CC (FN) Ricardo Pitta de Aguiar
aguiar.1982@hotmail.com

Assuntos Cíveis e sua relação com as Operações de Fuzileiros Navais



O CC (FN) **Aguiar** serve atualmente no Porta-Helicópteros Multipropósito ATLÂNTICO, como Encarregado da 3ª Divisão. É oriundo de Escola Naval. Coursou o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) em 2012 e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI) da EGN em 2015. Possui o Curso Expedito de Operações no Pantanal (C-ExpOPant) e o Curso Expedito de Operações Ribeirinhas (C-ExpOpRib) de Belém. Como Oficial Superior serviu na Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), como Chefe de Departamento e Imediato Interino, Oficial de Estado-Maior no Comando da Tropa de Reforço (ComTrRef) e no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE). Possui, também, o curso de Coordenação Civil-Militar pelo CCOPAB.

Introdução

Desde os tempos mais antigos, as lideranças militares buscavam conseguir dados sobre o terreno e seus inimigos, como seus fatores de força e fraqueza, suas possibilidades e sua organização para o combate. No entanto, mesmo àquela época, quando não havia o termo “considerações cíveis”, alguns líderes já se preocupavam em obter informações que iam além do terreno e do inimigo. Outro fator importante é a abordagem e o tratamento dispensado a população local, que nas batalhas mais antigas – em que pese a disputa por expansão territorial – poderia se tornar um fator decisivo no resultado do conflito.

Alexandre, o Grande, ainda menino e na condição de príncipe da Macedônia, costumava perguntar aos visitantes estrangeiros não só a direção dos rios e estradas, localização das cidades, baías e praças fortificadas, mas também a produtividade do solo, o tamanho da população e a identidade dos cidadãos importantes de seus países. Essas informações obtidas ao longo dos anos foram de grande valia quando começou a invadir o Império Persa (KEEGAN, 2006). Trazendo para os dias atuais essas considerações cíveis seriam analisadas com os fatores operacionais e relacionadas dentro da matriz AECOPE/PMESII¹ de forma a subsidiar o planejamento das ações.

¹AECOPE (áreas, estruturas, capacidades, organizações, pessoas e eventos) e PMESII (político, militar, econômico, social, informação e infraestrutura).

Outro exemplo foi a Guerra Peninsular, conflito militar marcado pela disputa da Península Ibérica durante as Guerras Napoleônicas e considerada como uma das primeiras guerras do povo. Os franceses impuseram diversas restrições à circulação da população afetando economicamente diversas camadas da sociedade. Consequentemente aumentou o desemprego, a fome e a miséria. Por conta desses excessos, movimentos de guerrilha foram surgindo, e as vitórias alcançadas permitiram a libertação de Portugal e Espanha. O ódio pelos franceses ainda permitia para as tropas comandadas pelo general e estadista britânico Arthur Wellesley, o Duque de Wellington, uma vantagem no campo informacional, visto que a população levava as informações ao seu conhecimento, não havendo necessidade de buscá-las (KEEGAN, 2006).

Ao longo da história, são inúmeros os exemplos de que o levantamento e a utilização de dados referentes as “considerações cíveis” e os procedimentos adotados pelas tropas proporcionaram vantagens em todos os níveis de condução de uma guerra.

O campo da dimensão humana, vem causando um crescimento nos problemas enfrentados pelas forças militares, alterando as ações do espaço de batalha e com capacidade de interferir diretamente no resultado das operações.

O presente artigo visa mostrar ao leitor a importância das Operações Cíveis-Militares (OCM) e as atividades de Assuntos Cíveis (As Civ) para o planejamento e execução das operações dos

GptOpFuzNav, de forma a causar o mínimo de impacto na rotina população local e demais atores presentes na região bem como evitar que eles interfiram na manobra da Força.

Assuntos civis nas operações

Considerações Iniciais

Na fase do planejamento de uma operação, o Comandante e seu Estado-Maior (EM) buscam ter o máximo de conhecimento sobre os fatores da decisão a fim de permitir o entendimento e o aprimoramento da consciência situacional do problema em questão. Quando nos referimos aos fatores da decisão, inconscientemente pensamos em Missão, Inimigo, Terreno, Meios e Tempo disponíveis. No entanto, com a evolução do ambiente operacional no que diz respeito ao crescimento populacional, ao surgimento de novas estruturas habitacionais e comerciais e a participação e presença cada vez mais constante de diversas organizações (ONG, Internacionais, Governamentais) em regiões de conflito ou afetadas por desastres, faz-se cada vez mais necessária a busca e análise de informações sobre o “terreno humano”, ou seja, as Considerações Cívicas.

Após a análise das Considerações Cívicas juntamente com os demais fatores da decisão, é importante que o Comandante ao redigir sua Intenção especifique seus objetivos referentes as atividades em apoio ao ambiente civil.

A Seção de Assuntos Cívicos (SeçAsCiv) ao tomar conhecimento das informações cívicas e da Intenção do Comandante iniciará a confecção do Plano de Assuntos Cívicos. Por mais que as atividades pareçam ser desencadeadas de forma isolada das demais ações, o Plano de Assuntos Cívicos deve estar totalmente integrado com os demais. A SeçAsCiv também é responsável por estabelecer a ligação entre o GptOpFuzNav e a população civil e manter estreita coordenação com as organizações presentes na Área de Operações a fim de contribuir para minimizar a interferência das nossas operações na rotina da população e vice-versa, bem como evitar duplicidade de esforços no emprego de meios e pessoal.

Integrando Assuntos Cívicos ao planejamento

Após receber e analisar a Diretiva Inicial (DI), o Comandante se reúne com seu EM a fim de divulgá-la e transmitir suas orienta-

ções e recomendações para o prosseguimento do planejamento. Nessa fase, o EM, especificamente a Seção de Inteligência, apresentará sua Estimativa Preliminar, na qual deverão constar os dados disponíveis até então para o campo dos “Assuntos Cívicos”.

As informações de caráter civil geralmente são obtidas em fontes abertas de consulta, como internet, televisão, rádio e jornal. Existe uma grande disponibilidade de dados nesses meios de comunicação, por isso avulta de importância o trabalho da Seção de Inteligência nesse momento, verificando a confiabilidade das informações e das fontes para posterior disseminação.

Como dito anteriormente, a quantidade de informações cívicas é numerosa, então, para a Estimativa Preliminar de Inteligência (EPI), fica a pergunta: **O que deve ser considerado?**

Inicialmente, a SeçAsCiv necessita das informações abaixo:

- Costumes: identificação das religiões praticadas, hábitos e normas sociais;
- Leis locais;
- Líderes influentes: identificação de suas inclinações políticas e se são favoráveis ou não à missão do GptOpFuzNav;
- Estatísticas da população: identificação das principais cidades, localidades, comunidades etc., bem como tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, grau de escolaridade e índice de mortalidade;
- Economia: identificação da principal fonte de renda da população, como são empregados os recursos locais e processos de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços; e
- Quais organizações estão na área: identificação das principais organizações, sejam elas privadas, internacionais, governamentais ou não, que estão presentes e/ou trabalhando na região.

Importante ressaltar que a quantidade de dados que a SeçAsCiv precisa não se esgota com os que foram divulgados na EPI. O gerenciamento das informações cívicas é constante durante toda a operação. Ainda durante o processo de planejamento, a SeçAsCiv buscará detalhar as informações preenchendo a matriz AECOPE /PMESII.

Figura 1: Modelo de matriz AECOPE / PMESII.

	P (Político)	M (Militar)	E (Econômico)	S (Social)	I (Informação)	I (Infraestrutura)
A (Áreas)	Fronteira do distrito, áreas de afiliação a partidos.	Bases da coalizão e locais, emboscadas históricas e locais de dispositivos explosivos improvisados.	Bazares, lojas e mercados.	Parques e outras áreas de reunião.	TV / rádios / jornais (onde as pessoas se reúnem para propaganda boca-a-boca.	Redes de irrigação, lençóis freáticos e cobertura médica.
E (Estruturas)	Prefeituras e repartições públicas.	Sede da polícia, localização de quartéis-generais.	Bancos, mercados, instalações de armazenamento.	Igrejas, restaurantes, bares, etc.	Torres de TV / rádio / celular e lojas de impressão.	Capacidade de construir / manter estradas, muros e barragens.
C (Capacidades)	Resolução de disputas, capacidades de insurgentes.	Postura de segurança, pontos fortes e fracos.	Acesso a bancos, capacidade de resistir a desastres naturais.	Força dos laços locais e nacionais.	Taxa de alfabetização, disponibilidade de mídia / serviço telefônico.	Capacidade de construir / manter estradas, muros e barragens.

continua

O (Organizações)	Partidos políticos e outros agentes de poder.	Unidades militares, policiais e insurgentes presentes.	Bancos, grandes proprietários de terras e grandes empresas.	Tribos, Clãs, famílias, grupos de jovens e ONGs.	Grupos de notícias e pessoas influentes.	Ministérios do Governo e empresas de construção.
P (Pessoal)	Governadores, conselhos e anciões.	Líderes locais, da colíziao e forças insurgentes	Banqueiros, proprietários de terras e comerciantes.	Líderes religiosos e família influentes.	Proprietários de mídi, liderança de comunidade mulçumana e chefes de famílias poderosas.	Construtores de infraestrutura, empreiteiros e conselho de desenvolvimento.
E (Eventos)	Eventos letais / não letais, perda de liderança, operações aniversários.	Eleições e reuniões do conselho.	Seca, colheita e negócios abertos / fechados.	Feriados, casamentos e dias religiosos.	Operações de informações, aberturas de projetos e eventos de casualidades civis.	construção de estradas / pontes, escavação de poços e manutenção programada.

Fonte: NCD Nº P-001/2016.

Operações Civis-Militares

Antes iniciar a abordagem deste tópico, é importante ressaltar que, apesar de estarem intrinsecamente relacionadas, Assuntos Civis e Operações Civis-Militares não são a mesma coisa. Enquanto o primeiro estabelece a ligação entre as Forças Militares e a população civil e coordena atividades com as diversas Organizações presentes na Área de Operações, as OCM são planejadas pela SeqAsCiv, mas executada por todos os elementos do GptOpFuzNav. As OCM são planejadas e executadas com o propósito de facilitar a condução de outras operações e ações, bem como a conquista de objetivos militares. Adicionalmente pode estimular o desenvolvimento de atitudes e comportamentos favoráveis à nossa presença e à nossa missão.

Planejar uma OCM pode ser mais complicado do que planejar operações de combate. Nas operações de combate, os efeitos diretos são atingíveis através de operações baseadas no desempenho, como conduta de ataque e defesa. Seus efeitos são geralmente claros e expressos em termos de destruição, atraso e negação e geralmente podem ser avaliados em horas, dias e semanas por meio de medidas quantitativas.

Durante as OCM, muitos efeitos desejados são descritos em termos relativos, e geralmente são avaliados em semanas, meses e anos por meio de medidas qualitativas. Os efeitos das operações, ações e atividades que não podem ser medidas diretamente geralmente são avaliados por meio de indicadores.

Nesse contexto, cresce de importância o gerenciamento das informações civis, atividade primordial em todas as fases do planejamento e da execução das tarefas, pois fornece aos decisores subsídios sobre os elementos sociais, culturais, físicos, informacionais e psicológicos que influenciam os atores no ambiente operacional. O processo do gerenciamento transforma dados brutos em informações para melhorar a compreensão do impacto das operações militares na população civil da região e subsidiar o planejamento das OCM.

O processo de gerenciamento deve apresentar uma estrutura que permita a coleta, consolidação e análise das informações que tramitam pelas diversas organizações presentes de forma a possibilitar a produção e o compartilhamento com o Comando e os militares de Assuntos Civis. O compartilhamento das informações é fundamental para o sucesso da missão.

O gerenciamento das informações normalmente obedece ao seguinte ciclo:

Figura 2: Ciclo do Gerenciamento de Informações.



Fonte: JP-3-57 Civil-Military Operations (2018 - tradução nossa).

Além das fontes de consultas abertas, as informações civis também são encontradas em relatórios de Operações Civis-Militares, relatórios de situação, relatórios de avaliação civil e pesquisa, avaliações de localidades (vilas/aldeias/comunidades etc), relatórios sobre o engajamento de líderes e outros compromissos militares, avaliações do sistema civil e relatórios de projetos civis.

Alguns dos relatórios e atividades supracitados são executados pela SeqAsCiv como resultado da realização do Reconhecimento Civil, que consiste na coleta de informações planejadas pela observação direta e avaliação do ambiente operacional, visa preencher algumas lacunas deixadas durante a busca de informações no processo de planejamento e é conduzido em contato direto com a população local por meio de outras operações, ações, atividades e do engajamento civil, que consiste na interação com um ou mais indivíduos e pode ocorrer da seguinte forma:

- a) Engajamento com líderes: travando contato com pequenos grupos ou um por um. Consiste na busca de informações com pessoas possuidoras de autoridade ou responsabilidade. Ex.: prefeito, líder comunitário e/ou religioso, diretor de escola etc.
- b) Engajamento em massa: realização de assembleias, grandes reuniões, aproveitamento de eventos civis e atividades sociais.
- c) Pesquisa: interação com elevado número de pessoas, permitindo a coleta de grande quantidade de dados. Como exemplo podemos citar a atuação das Equipes de Assuntos Civis (EqAsCiv) no litoral pernambucano durante a Operação Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida! As Equipes realizaram o levantamento de dados de saúde junto às populações locais em contato com os resíduos

oleosos por meio do preenchimento de um Questionário de Avaliação. No período de 11 a 28 de novembro de 2019 foram entrevistadas 1.233 pessoas.

Figura 3: Aplicação do Questionário de Avaliação.



Fonte: O autor.

Integração das OCM outras Capacidades Relacionadas à Informação (CRI)

Conforme citado anteriormente, as OCM buscam criar um ambiente favorável às operações militares. A integração com outras CRI, em especial as células de Comunicação Social (Com-Soc) e Operações Psicológicas (OpPsc), em apoio as Operações de Informação (OpInfo) potencializam a criação desse ambiente, contribuindo para que o Estado Final Desejado seja alcançado.

As OCM focam suas ações na população e nas organizações presentes no interior da Área de Operações. A capacidade de influência digital da ComSoc sobre os públicos internos e externos por meio da propaganda e informação, combinada com as mensagens positivas e de incentivo produzidas e disseminadas pelas OpPsc, quando empregadas como vetor de divulgação das atividades executadas pelas OCM encorajam uma relação de confiança entre as partes envolvidas contribuindo dessa forma, para a obtenção da superioridade das informações e a conquista e manutenção do apoio popular.

No meio da população existirá indivíduos ou grupos selecionados como alvo de influência, incluindo potenciais adversários. A integração das OCM com outras CRI também contribuirá sobremaneira para auxiliar na identificação desses públicos-alvo.

O emprego isolado de cada CRI ou de meios a elas atribuídos dificilmente trará resultados eficazes.

Centro de Operações-Civis Militares (COCM)

É um mecanismo estabelecido para coordenar a execução das orientações e decisões do Comandante sobre as OCM que serão desencadeadas e manter a ligação entre o GptOpFuzNav e os demais atores civis. Manter essa ligação possibilita mitigar o efeito das operações militares sobre a localidade, bem como reduzir a influência da população sobre elas. Sua organização, composição e localização dependem de qual é a missão e o ambiente operacional.

A abordagem deste tópico focará no estabelecimento do COCM e não especificamente nas suas tarefas. Nesse contexto, surge o seguinte questionamento: *Sempre devo estabelecer um COCM para conduzir e coordenar as OCM?*

Em zonas de conflito, normalmente algumas organizações e voluntários tomam a iniciativa de promover ações e atividades para mitigar o sofrimento da população existente na área afetada. Como consequência disso, e antes da chegada do GptOpFuzNav, eles podem estabelecer um local de onde coordenam suas ações. Um COCM em outro local pode não surtir o efeito desejado, pois o previamente utilizado já é de conhecimento da população, a logística para a mudança de local ou se fazer presente em dois lugares pode ser um fator limitador para as organizações e demais envolvidos, haja visto que na maioria das vezes não possuem a mesma capacidade logística dos GptOpFuzNav. Então cabe ao Comandante decidir pela criação de um COCM ou aproveitar a estrutura do local previamente utilizado e incorporar suas capacidades.

Estabelecer um COCM também dependerá da procura das organizações e da população pelos nossos esforços e da necessidade do Comandante. Os envolvidos não devem ser obrigados a utilizar o COCM, mas devem vê-lo como uma ferramenta útil de coordenação. O COCM deve ser facilmente acessível pela população e por quem o compõe.

Caso o Comandante vislumbre a necessidade de se estabelecer um COCM, além dos fatores supramencionados, o local deve oferecer segurança para nossos meios e pessoal, para a população e os demais integrantes e deve ser de conhecimento de todos os componentes do GptOpFuzNav.

Em situações que necessitem maior atenção ao quesito segurança, o COCM pode ser estabelecido de dentro da área de responsabilidade do CASC, devendo ser coordenado com esse componente, de modo que suas atividades e rotina de operação não interfiram na Batalha de Retaguarda, pois além do apoio prestado às OCM, que ocorrerá independentemente da localização do Centro, o fluxo de pessoas e viaturas não pertencentes ao GptOpFuzNav aumentará no interior do perímetro de segurança estabelecido pelo CASC, dessa forma, haverá necessidade de intensificar as medidas de segurança para acesso e circulação no interior desse perímetro. Essa concentração de meios e pessoas pode ocasionar dificuldades a esse componente na manutenção do suporte logístico para o GptOpFuzNav.

Importante ressaltar que o Oficial responsável pelo COCM é o representante do Comandante, porém, ele não define políticas ou operações diretas, mas sim coordena e facilita àquelas decorrentes da decisão do Comando.

Em que pese a organização do COCM depender de alguns fatores, acredita-se que uma composição mínima deveria contar com os seguintes representantes:

- Oficial de Assuntos Civis e Equipes de Assuntos Civis;
- Elemento de Operações Psicológicas;
- Elemento de Comunicação Social;

- Elemento de Inteligência;
- Elemento de Comunicações;
- Elemento do CASC;
- Representantes das Organizações; e
- Líderes locais.

Caso seja julgado necessário, outros representantes poderão integrar o COCM.

Figura 4: População em frente ao COCM durante Operação UNITAS LANT/AMPHIBIOUS 2019



Fonte: O autor.

Respondendo ao questionamento. Estabelecer um COCM não deve ser tratado como mandatário. Atualmente existe uma preocupação muito grande nos nossos adestramentos em sempre estabelecer o Centro. O GptOpFuzNav deve sim, estar preparado para estabelecê-lo e operá-lo.

Coordenação civil-militar em missões da ONU (UN-CIMIC)

Inicialmente gostaria comentar sobre a sigla CIMIC, que pode ser expressa de duas formas na língua inglesa: *Civil-Military Coordination* e *Civil-Military Co-operation*. Ambas são corretas, porém, quando falamos em missões da ONU, o termo considerado é Coordenação Civil-Militar, e para operações da OTAN usa-se o termo Cooperação Civil-Militar.

Esta parte do artigo terá uma abordagem superficial das atividades CIMIC da ONU, visto que o Brasil tem contribuído com tropa e observadores em diversas missões, associado ao aumento e à variedade de organizações participantes em missões de paz da ONU ou apoiando seu mandato.

A Coordenação Civil-Militar – UN-CIMIC é uma função militar que contribui para facilitar a ligação entre os componentes militar e civil, bem como os órgãos humanitários e de desenvolvimento na área da missão a fim de apoiar os objetivos da missão da ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2014, tradução nossa). Possui duas tarefas

consideradas essenciais, a ligação civil-militar e o compartilhamento de informações e a assistência civil, além disso, sempre busca apoiar o processo de obtenção da paz, monitorar os direitos humanos e proteger os civis, frequentemente também facilita o desenvolvimento e a assistência humanitária, apoia o processo eleitoral, Reforma do Setor de Segurança (SSR – *Security Sector Reform*) entre outros.

Ao sermos empregados em missões da ONU, especificamente nas atividades CIMIC, devemos entender também o que NÃO é UN-CIMIC.

a) NÃO é uma doutrina de Operações Cívico-Militares

O treinamento para UN-CIMIC não substituirá a doutrina, mas ajudará a operacionalizar o conceito UN-CIMIC. Abordagens doutrinárias de OCM podem ser aplicadas desde que cumpram o conceito, os princípios e as principais tarefas da UN-CIMIC. Assim como nas OCM, as atividades da UN-CIMIC são desencadeadas por todos os componentes da missão. Os militares de Assuntos Cívicos, além de coordenarem essas atividades, trabalham para fortalecer as condições sociais e cívicas necessárias para consolidar os processos de paz e são uma função central das operações multidimensionais de manutenção da paz.

b) NÃO é “Relações públicas”

Uma percepção equivocada da coordenação civil-militar, cujo principal esforço é na transição, de modo a reduzir a dependência na Força por meio da capacitação e construção da confiança. Nossos contingentes podem realizar atividades de relações públicas, mas não podem chamá-los de atividades “UN-CIMIC”. Lembre-se: “Não é sobre nós; é sobre eles”.

c) NÃO é “conquistar corações e mentes”

Esse tipo de abordagem não costuma ser muito produtiva, pois acaba sendo de curto prazo e tem efeito limitado, ou seja, é mais tática do que estratégica. Essa abordagem pode reforçar em vez de reduzir, a dependência local por serviços da Força e que não temos capacidade para sustentar, podendo acarretar a decepção nas nossas tropas por parte da população. Outro fator é que a Força pode tomar partido do conflito, comprometendo o princípio da imparcialidade da ONU.

d) NÃO é, principalmente, uma ação direta

Ao contrário de muitas doutrinas “cívico-militares”, a UN-CIMIC busca destacar o trabalho de, com e por meio de atores cívicos, empregando sua assistência à população da forma mais indireta do que direta.

e) NÃO é atividade de “Inteligência”

Trata-se do gerenciamento de informações e não com ações de dissimulação ou de disfarce. A suspeita de “Inteligência” pode arruinar o processo de construção de confiança e prejudicar as relações com os civis.

Doutrina

Em que pese estarmos desenvolvendo nossa doutrina, com a previsão de publicação de um manual da série CGCFN nos próximos anos, a nossa Nota de Coordenação Doutrinária (Provisória) – NCD Nº P-001/2016 apresenta os principais conceitos e fundamentos das atividades de AsCiv para os GptOpFuzNav sendo a principal ferramenta para os nossos planejamentos.

A qualificação do nosso pessoal é o aspecto mais importante do desenvolvimento da doutrina, pois a partir desse ponto que vamos atingir o que o CFN planeja para as OCM. O envio de militares para a realização de cursos e intercâmbios em países cuja doutrina e emprego da célula de AsCiv esteja mais solidificada, nos permitirá trazer conhecimento para adaptarmos a nossa realidade e principalmente ao nosso caráter expedicionário de forma a desenvolvermos nossos manuais e procedimentos no terreno, criarmos nossos cursos e introduzirmos o assunto nos currículos escolares de forma a difundi-lo.

Por se tratar de qualificação bem específica, seria interessante a criação de um Grupo de Assuntos Cíveis com capacidade de apoiar os GptOpFuzNav com equipes de Assuntos Cíveis e compor os COCM quando estabelecidos. Esse Grupo poderia ficar subordinado ao Batalhão de Comando e Controle, visto que um dos pontos mais importantes das OCM é o gerenciamento das informações. O Grupo seria constituído por 01 Seção de Comando composta por 04 militares (01 Oficial e 03 Praças) e por 03 EqAsCiv composta por 06 militares cada (01 Oficial e 05 praças). Outra consideração seria a criação da função “Assuntos Cíveis” nos Comandos de Força, subordinada a Seção de Operações de forma a proporcionar assessoramento para os planejamentos e condução dos exercícios, bem como compor o EM dos GptOpFuzNav nas operações.

A criação do Grupo associado a militares exercendo a função nos EM dos Comandos de Força, permitirá um aparelhamento adequado para o cumprimento das tarefas além de facilitar o

planejamento logístico das atividades, face a dificuldade atual em mobiliar a Seção de AsCiv para os exercícios e operações, já que não possuímos militares dedicado ao desempenho da função. Esses equipamentos são basicamente materiais de informática (com possibilidade de acesso à internet), comunicação (incluindo TV para acompanhamento de mídia), expediente (quadro branco, prancheta, papel etc.), barracas, mesa, cadeira etc.

Conclusão

O presente artigo tentou apresentar alguns aspectos da importância das OCM e das atividades de AsCiv para os GptOpFuzNav. Os problemas no campo das Considerações Cíveis que nossas tropas enfrentam e que possam vir a enfrentar são capazes de alterar as demandas do espaço de batalha e interferir diretamente no resultado das operações, assim como ocorreu na Guerra Peninsular.

A apresentação ainda que superficial do tema nos permite identificar a relevância da Estimativa Preliminar de Inteligência para os trabalhos iniciais da Seção de Assuntos Cíveis e como as OCM podem criar um ambiente favorável para o desencadeamento de operações militares. Sua integração com as demais CRI fornece ao Comandante do GptOpFuzNav uma grande quantidade de informações, subsidiando o ciclo decisório a fim de contribuir para que o Estado Final Desejado seja alcançado.

A doutrina está sempre evoluindo e nesse momento de desenvolvimento do tema Assuntos Cíveis e Operações Cíveis-Militares no CFN devemos focar no nosso caráter expedicionário por excelência.

Por fim, sugere-se que, cada vez mais, o tema seja introduzido nos objetivos de adestramento das Forças/Unidades do CFN, de forma a elevar a eficiência do nosso emprego e aumentar a qualidade do assessoramento dos militares que exercerão função na Seção de Assuntos Cíveis durante as operações/exercícios.



Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **NCD P-001/2016**: Atividade de Assuntos Cíveis nos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Rio de Janeiro, RJ, 2016.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.213**: Operações de Informação 1. ed. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior. **EMA-335**: Doutrina de Operações de Informação. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **JP 3-57**: Civil-Military Operations. Washington, D.C., 2018.

GUERRA PENINSULAR. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Peninsular>. Acesso em: 16 out. 2020.

KEEGAN, John. **A Inteligência na Guerra**: Conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda Edição Completa. Tradução a partir do Inglês de S.Duarte. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2006, 448p.

NAÇÕES UNIDAS **United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)**. 2014.